

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IVETE BIBIANE KRAMER

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS
COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO DE CAXIAS DO SUL - RS

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Dr. Roberto Biasio

CAXIAS DO SUL

2012

IVETE BIBIANE KRAMER

**ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS
COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO DE CAXIAS DO SUL - RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis da
Universidade de Caxias do Sul
Orientador: Prof. Dr. Roberto Biasio

Aprovado(a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dr. Roberto Biasio
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Ms. Enio Francisco Casa
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Ms. Fernando Luís Bertolla
Universidade de Caxias do Sul - UCS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família que foi a base para meu crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, ainda pelo fato de acreditarem nas minhas escolhas e torcerem para que elas dessem certo conforme desejado. Também dedico ao meu namorado e companheiro Jones, que sempre me incentivou e contribuiu para que eu realizasse este trabalho de maneira a atingir o objetivo esperado.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Biasio, pelo esforço e dedicação durante a orientação do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. À coordenadora do curso de ciências contábeis da Universidade de Caxias do Sul, Dr^a Marlei Salete Mecca que sempre se empenhou para promover a excelência do curso e participou interativamente do processo de desenvolvimento de monografias. À coordenação de monografias, em especial a Prof. Esp. Maria Salete Goulart Martins Denicol que desempenhou seu papel com seriedade, comprometimento e dedicação. Aos professores do curso de ciências contábeis, pelo profissionalismo e comprometimento ao transmitir seus conhecimentos. Aos meus pais “in memoriam” que contribuíram para a formação da minha personalidade, e que foram a minha base de sustentação para que hoje eu possa alcançar várias conquistas. Aos meus irmãos e irmãs, que através do amor e carinho incondicional sempre me transmitem força e cumplicidade nas minhas escolhas. Agradeço de forma especial, meu namorado e companheiro Jones, pela compreensão, paciência e incentivo durante todo o curso e, principalmente durante o desenvolvimento deste trabalho. Aos colegas de curso com os quais convivi esses anos todos e, aos colegas de trabalho que foram solidários nos momentos que necessitei de tempo para o desenvolvimento deste trabalho.

PENSAMENTO

É necessário que as coisas se acabem,
para que coisas novas aconteçam...
Eckhart Tolle

RESUMO

A elaboração e publicação da demonstração do valor adicionado (DVA) se tornou obrigatória para as companhias de capital aberto, visando informar como ocorre a distribuição do valor que as empresas adicionam. A DVA tem sua devida importância para a sociedade, de maneira que demonstra a riqueza gerada por determinada empresa, como esse valor foi produzido, bem como foi distribuído entre os agentes econômicos. Nesse sentido, o presente estudo visa analisar a demonstração do valor adicionado das companhias de capital aberto de Caxias do Sul. Essa pesquisa tem o objetivo de responder a seguinte questão: como é composto o valor adicionado das companhias de capital aberto do ramo metalúrgico localizadas no município de Caxias do Sul? Se trata de uma pesquisa de forma descritiva, documental e de abordagem qualitativa e quantitativa. Para isso foram coletadas no site da BOVESPA, as demonstrações do valor adicionado referente ao exercício de 2011 das companhias Fras-le S.A., Lupatech S.A., Marcopolo S.A. e Randon S.A.. Na análise das demonstrações, constatou-se que a conta que mais contribuiu na geração do valor adicionado a distribuir das empresas em estudo, foi a do valor adicionado líquido produzido, com exceção da Lupatech, que teve a conta de receitas financeiras com maior representatividade na geração do valor adicionado. Na distribuição do valor adicionado, a Marcopolo S.A. se destacou por destinar ao governo uma parcela pouco representativa, 12,41% sobre o total do valor adicionado a distribuir. A Randon S.A. se aproximou, destinando ao governo uma parcela de 15,43%. A parcela destinada à remuneração de capital de terceiros da Lupatech, foi bem superior às das demais empresas, que ficaram próximas. No entanto, o valor destinado à remuneração do capital próprio teve uma grande variação entre as empresas estudadas. A maior diferença ficou entre as companhias Lupatech e Randon, sendo destinado (118,57%) e 37,25% respectivamente.

Palavras-chave: Demonstração do valor adicionado. Demonstrações contábeis. Riqueza gerada. Valor adicionado a distribuir. Agentes econômicos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação das parcelas distribuídas aos agente econômico.....	55
---	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos e características do DVA	35
Quadro 2: Modelo de DVA	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contas da DVA individual da Fras-le S.A. do exercício de 2011	50
Tabela 2: Contas da DVA individual da Lupatech S.A. do exercício de 2011	51
Tabela 3: Contas da DVA individual da Marcopolo S.A. do exercício de 2011	52
Tabela 4: Contas da DVA individual da Randon S.A. do exercício de 2011	53
Tabela 5: Comparativo das parcelas distribuídas a cada agente econômico	53

LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros de São Paulo
BP	Balanço patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIA LTDA	Companhia limitada
CIDE	Contribuição de intervenção no domínio público
COFINS	Contribuição para o financiamento da seguridade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC-PR	Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
CSSL	Contribuição social sobre o lucro líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de fluxo de caixa
DLPA	Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados
DMPL	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
DRE	Demonstração do resultado do exercício
DVA	Demonstração do valor adicionado
EUA	Estados Unidos da América
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
ICMS	Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços
IFRS	International Financial Reporting Standards
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IPTU	Imposto predial e territorial urbano
IPVA	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
IRPJ	Imposto de renda sobre pessoa jurídica
ISO	International Organization for Standardization
ISS	Imposto sobre services
NBC's	Normas brasileiras de contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto interno bruto
PIS	Programa de integração social
PL	Patrimônio líquido

RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
RTT	Regime tributário de transição
S.A.	Sociedade anônima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	METODOLOGIA.....	18
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
2.1	CONCEITO.....	22
2.2	DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO	22
2.2.1	Balço patrimonial (BP).....	23
2.2.2	Demonstração do resultado do exercício (DRE)	24
2.2.3	Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) ou Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)	24
2.2.4	Demonstração dos fluxos de caixa (DFC).....	25
2.2.5	Demonstração do valor adicionado (DVA).....	25
2.2.6	Demonstrações comparativas	26
2.2.7	Demonstrações contábeis consolidadas.....	26
2.2.8	Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	27
2.2.9	Relatório da administração	27
2.2.10	Relatório dos auditores independentes	28
2.3	FINALIDADES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28
2.4	USUÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	29
2.5	PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	34
3.1	OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO E OBJETIVOS DA ELABORAÇÃO DA DVA	40
3.2	CONDIÇÕES OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA DVA	41
3.3	TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DA DVA.....	41
3.4	BENEFÍCIOS.....	42
4	AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS EM ESTUDO	44
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS EM ESTUDO.....	44
4.1.1	Histórico.....	44

4.1.2	Mercado de atuação.....	47
4.1.3	Estrutura das empresas	48
4.1.4	Aspectos mercadológicos específicos	49
4.2	ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	49
4.2.1	Composição do valor adicionado e as parcelas destinadas a cada agente econômico.....	49
4.2.2	Comparação das parcelas destinadas a cada agente econômico entre as empresas objeto de estudo.....	53
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Em dezembro de 2007 foi sancionada a lei nº 11.638 que trouxe várias alterações na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Dentre as alterações, está a obrigatoriedade da elaboração e publicação da demonstração do valor adicionado (DVA) para as sociedades anônimas de capital aberto, sendo facultada para as demais sociedades.

Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a contabilidade, como veículo de informação, tem como um dos seus principais desafios colocar a disposição dos usuários informações que retratam a relação da empresa com a sociedade. O balanço social de modo geral e a demonstração do valor adicionado (DVA) como uma de suas vertentes, são instrumentos capazes de evidenciar tanto os aspectos econômicos como os aspectos sociais. O balanço social e a DVA constituem as mais eficazes demonstrações que possam evidenciar a relação da empresa com a sociedade.

A DVA surgiu para suprir uma lacuna no que tange às informações divulgadas pelo conjunto de demonstrações já existentes. A demonstração do resultado do exercício (DRE) é a que mais se parece com a DVA, é a base para a sua devida elaboração. A diferenciação básica entre a DRE e a DVA, é que a primeira apresenta o resultado do período e suas informações são voltadas para os sócios e acionistas. Já a segunda, a DVA, completa essas informações de forma positiva, ou seja, está dirigida para a geração da riqueza e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo (ASSAF NETO, 2010).

A DVA produz informações referentes à riqueza gerada por determinada entidade e a sua forma de distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005, p. 9).

Como descreve Assaf Neto (2010, p. 87): “A DVA é a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. Representa o quanto a entidade contribuiu para a formação do produto interno bruto (PIB) do país.”

Assaf Neto (2010) coloca que um dos grandes desafios da contabilidade é bem informar aos usuários as relações das empresas com a sociedade, para isso, surge então a figura do balanço social. De maneira geral, tem o objetivo de descrever de forma ampla a realidade econômica e social de uma entidade, sendo essa passível de avaliação. Embora muitas empresas tenham adotado a prática de elaboração e publicação do balanço social, não é uma demonstração exigida legalmente, porém, no âmbito empresarial se tornou uma peça fundamental de marketing e estratégia de negócios. Dentro das várias informações exigidas para a elaboração do balanço social, uma das peças fundamentais que o compõe é a DVA, que se tornou obrigatória sua elaboração e publicação para as companhias de capital aberto.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

“A Contabilidade é a ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas.” (RIBEIRO, 2010, p.10).

Conforme descreve Marion (2009), a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões, tanto para os usuários internos como para os externos. Todos os fatos passíveis de registros contábeis são lançados na contabilidade, os quais, posteriormente são extraídos em forma de relatórios e ou demonstrações contábeis.

Ao se tratar de demonstrações contábeis, sabe-se que cada tipo de sociedade possui obrigatoriedade de elaborar e publicar um conjunto de demonstrações contábeis conforme a sua respectiva legislação prescreve.

Segundo Ludícibus et. al. (2010) dentro das diferentes demonstrações e relatórios contábeis existentes estão:

- a) o balanço patrimonial;
- b) a demonstração do resultado do exercício;
- c) a demonstração do resultado abrangente;
- d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- e) a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
- f) a demonstração das origens e aplicações de recursos;
- g) a demonstração do fluxo de caixa,
- h) a demonstração do valor adicionado;

- i) as demonstrações comparativas;
- j) a consolidação das demonstrações contábeis;
- k) as demonstrações contábeis separadas;
- l) as notas explicativas;
- m) o relatório da administração;
- n) o parecer do conselho fiscal;
- o) o relatório do comitê de auditoria;
- p) o parecer dos auditores independentes e
- q) o balanço social.

De acordo com Braga (2009), quando se tratar de companhias de capital aberto, estas devem elaborar e publicar o balanço patrimonial; a demonstração do resultado do exercício; a demonstração das mutações do patrimônio líquido; a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado. Juntamente com as demonstrações citadas, ainda deverão conter as notas explicativas, o relatório da administração com os principais fatos ocorridos e com os planos para o futuro, e o relatório dos auditores independentes. As demonstrações devem ser apresentadas com o comparativo do exercício anterior.

Entende-se que todas as demonstrações contábeis são importantes para as empresas e para os usuários em geral, a grande maioria é bem conhecida, já que vêm sendo elaboradas há bastante tempo. Porém, existem outras que são pouco conhecidas, que passaram a ser exigidas há pouco tempo, como é o caso da DVA, uma demonstração que tem sua devida importância, não somente para as empresas as quais a elaboram, como também para a sociedade, já que demonstra a distribuição da riqueza gerada pela empresa.

No entanto, no que se refere à elaboração e publicação das demonstrações contábeis exigidas para as companhias de capital aberto, está inserida a demonstração do valor adicionado, sendo assim, o presente estudo tem como objetivo fazer análise da DVA das empresas metalúrgicas de capital aberto situadas no município de Caxias do Sul-RS referente ao exercício de 2011.

Esta análise compreende a verificação do total do valor adicionado, ou seja, o total da riqueza gerada de cada entidade durante o exercício, bem como sua distribuição aos agentes econômicos.

O DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo (IUDÍCIBUS, *et.al.*, 2010, p. 583).

A elaboração e publicação da demonstração do valor adicionado se tornou obrigatória para todas as sociedades anônimas de capital aberto com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76. (IUDÍCIBUS; *et.al.*, 2010).

Diante desta nova exigência legal, por ser um assunto novo e ainda pouco explorado, definiu-se delimitar o tema na elaboração de um estudo (análise) que foque as demonstrações do valor adicionado. Para isso estabeleceu-se que o mais adequado é fazer um estudo de caso, de forma a identificar quais são os valores que as empresas adicionam para chegar ao preço de venda praticado. Para esse fim, se delimitou como campo de pesquisa as empresas metalúrgicas de Caxias do Sul que possuem ações cotadas na bolsa de valores. A delimitação do tema se justifica pelo fato de que estas empresas estão inseridas no município de Caxias do Sul e estão contribuindo diretamente na geração da riqueza econômica da localidade e da região, além de terem a obrigação legal de elaborar e publicar a DVA, tornando possível o acesso das informações necessárias para a realização da pesquisa.

Como se pode medir a riqueza gerada por determinado país ou setor da economia, também é possível fazer o mesmo com a riqueza gerada pelas empresas. Todas as empresas geram riquezas. A diferença entre o valor final das vendas e os materiais originais comprados para a produção é o valor adicionado gerado pela empresa. É essa riqueza que uma empresa tem disponível para distribuição, normalmente entre quatro partes interessadas: empregados, governo, fornecedores de capital e a própria empresa (BRAGA, 2009).

Tendo como base a delimitação do tema deste estudo, o problema de pesquisa será: como é composto o valor adicionado das companhias de capital aberto do ramo metalúrgico localizadas no município de Caxias do Sul?

A definição do problema de pesquisa, além de levar em conta a delimitação do tema, visa identificar como está se dando a distribuição do valor adicionado dessas empresas quando comparadas entre elas.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar e analisar a composição da demonstração do valor adicionado das companhias de capital aberto do setor metalúrgico situadas em Caxias do Sul, visando evidenciar a sua composição.

1.3.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado à demonstração do valor adicionado.
- Selecionar um grupo de empresas que se enquadram no campo estabelecido para a pesquisa e coletar suas respectivas demonstrações do valor adicionado.
- Evidenciar quais são as maiores rubricas geradoras do valor adicionado em cada uma das empresas e sua relação com o total adicionado.
- Analisar a distribuição do valor adicionado de cada companhia, de forma a identificar possíveis semelhanças e/ou diferenças existentes entre as empresas objeto do estudo.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa será descrita se utilizando dos três critérios de classificação a seguir.

Se trata de uma pesquisa de forma descritiva. Serão analisadas as demonstrações do valor adicionado das empresas metalúrgicas de Caxias do Sul. Dentro da análise em questão, os dados a serem observados serão: o total do valor adicionado a distribuir; a composição do valor adicionado a distribuir, analisando o quanto cada conta representa do total gerado, e a distribuição do valor adicionado a cada agente econômico, bem como a comparação das parcelas destinadas entre as empresas em estudo.

Para Beuren et. al. (2006), a pesquisa descritiva é um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a

primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

“As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p.27).

A análise descritiva se preocupa fundamentalmente em investigar o que é, ou seja, em descobrir as características de um fenômeno. Para tanto, vale-se de técnicas estatísticas como cálculo do percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão e outras, para analisar os dados de forma a dar às inferências do pesquisador (BEUREN; *et. al.*, 2006, p.139).

É uma pesquisa documental, pois, serão coletados dados das demonstrações do valor adicionado referente ao exercício de 2011 das empresas em estudo.

Segundo Silva e Grigolo (*apud*, BEUREN, 2006), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar, interpretar a informação bruta, buscando, extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Gil (2010) conceitua que a modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto, porém, estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos. O conceito de documento, por sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros (VERGARA, 2003, p. 48).

Quanto à abordagem do problema se dá de maneira qualitativa e quantitativa. Qualitativa porque serão avaliadas as contas de maior importância dentro da demonstração do valor adicionado e quantitativa porque entre as contas selecionadas, serão analisadas as que têm maior representatividade em valores.

Na contabilidade, é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa. Cabe lembrar que, apesar de a Contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa (BEUREN, *et.al.*, 2006, p. 92).

Beuren et. al. (2006), ainda colocam que a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. A abordagem quantitativa é com frequência aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos.

A população da pesquisa são as empresas metalúrgicas brasileiras de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Conforme descrevem Beuren et. al. (2006, p. 118): “População ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo.”

Para fins de pesquisa definiu-se que a amostra a ser pesquisada será constituída pelas empresas, de capital aberto do ramo metalúrgico, situadas no município de Caxias do Sul.

No município de Caxias do Sul estão localizadas várias companhias que possuem seu capital composto por ações, porém, como o objeto deste estudo são somente as companhias metalúrgicas com ações negociadas na bolsa de valores, foram identificadas quatro empresas que apresentam todas as características definidas no escopo da pesquisa, que são: a Fras-le S.A.; a Lupatech S.A.; a Marcopolo S.A. e a Randon S.A. Divisão Implementos.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo será apresentada a contextualização do estudo, tema e problema de pesquisa, bem como o objetivo geral e os específicos, a metodologia e a estrutura do estudo.

No segundo capítulo serão apresentados conceitos das demonstrações contábeis, as demonstrações obrigatórias para as companhias de capital aberto, a finalidade, os usuários e a padronização das demonstrações contábeis, com base em fundamentação teórica.

No terceiro capítulo será feito uma contextualização sobre a demonstração do valor adicionado, sobre a obrigatoriedade da elaboração e publicação da DVA para as sociedades anônimas de capital aberto, os objetivos de sua elaboração, as condições que devem ser observadas durante a elaboração da DVA, as técnicas para elaboração da DVA e os benefícios.

No quarto capítulo será descrita a contextualização das empresas em estudo, bem como seus históricos, mercado de atuação, estrutura e aspectos mercadológicos específicos. Ainda no mesmo capítulo será apresentado o valor adicionado a distribuir de cada empresa e as parcelas destinadas a cada agente econômico. Será realizada uma análise do valor adicionado a distribuir, evidenciando as contas que mais contribuíram para tal formação, bem como a comparação das parcelas destinadas a cada agente econômico entre as empresas em estudo. Neste capítulo será apresentada a resposta para a questão de pesquisa.

No quinto e último capítulo serão apresentadas as conclusões sobre o estudo, que será a análise sobre a composição do valor adicionado e sobre a distribuição aos agentes econômicos das empresas do segmento metalúrgico de Caxias do Sul.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 CONCEITO

Na contabilidade são lançados os fatos passíveis de registros contábeis dentro das organizações, dela são extraídas as demonstrações e os relatórios contábeis. Para Ludícibus et. al. (2010), o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, devendo ser úteis para um grande número de usuários para que possam fazer avaliações e tomar decisões econômicas.

As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados. (CRC - PR).

Ludícibus et. al. (2010), também descrevem que as sociedades anônimas devem divulgar um conjunto de informações para a devida prestação de contas da entidade. Estas informações abrangem: o relatório da Administração, as demonstrações contábeis e as notas explicativas que as acompanham, o parecer dos auditores independentes (se houver), o parecer do conselho fiscal e o relatório do comitê de auditoria (se existirem).

2.2 DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO

Em relação às companhias de capital aberto, Assaf Neto (2010) descreve que a lei das sociedades por ações determina que ao final de cada semestre a empresa deve apurar e publicar, com base nos fatos registrados pela contabilidade, as seguintes demonstrações contábeis:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado de exercício;
- c) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- d) demonstração dos fluxos de caixa e a
- e) demonstração do valor adicionado.

Como complemento das demonstrações financeiras obrigatórias, as sociedades de capital aberto devem responsabilizar-se também pela publicação do relatório da diretoria, pelas notas explicativas e pelo parecer dos auditores independentes (ASSAF NETO, 2010).

2.2.1 Balanço patrimonial (BP)

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil, a qual é formada pelo ativo, passivo e patrimônio líquido, que busca demonstrar a situação econômica e financeira da empresa em determinado período.

O conceito de balanço patrimonial conforme colocam Iudícibus et. al. (2010, p. 2). “O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.”

O ativo está dividido em circulante e não circulante. Sendo que, o ativo circulante representa as aplicações de recursos em curto prazo da entidade. Já o ativo não circulante é composto pelo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. “Ativo compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros” (IUDÍCIBUS; et. al., 2010, p. 2).

O passivo também está dividido em circulante e não circulante, onde o primeiro representa as obrigações a curto prazo e o segundo as exigibilidades a longo prazo. O passivo é descrito por Iudícibus (2009, p. 29): “Simplificadamente, evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros; contas a pagar, fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos etc.”

O patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, isto é, representa o valor líquido que a empresa possui.

O **patrimônio líquido** é representado pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas (ou sócios), mais os lucros gerados nos exercícios e que foram retidos na empresa (lucros não distribuídos). A Lei nº 11.638/07 prevê que o patrimônio líquido é constituído por Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. (ASSAF NETO, 2010, p. 48).

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício (DRE) traz o resultado de determinado exercício. É a receita bruta menos as deduções, os custos, e as despesas, podendo chegar a um resultado positivo ou negativo.

Conforme afirma Braga (2009), A DRE deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa. Sua finalidade básica é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final, lucro ou prejuízo.

2.2.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) ou demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)

Sobre a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), Ludícibus et. al. (2010) escreve que a lei das sociedades por ações aceita a demonstração das mutações do patrimônio líquido ou a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), como demonstração para ser divulgada no final do exercício social. A primeira é mais completa e uma de suas colunas é a dos lucros ou prejuízos acumulados.

Ainda em relação a DMPL, uma demonstração contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em determinado período. Os dados para a elaboração dessa demonstração são extraídos do livro razão (RIBEIRO, 2010).

Trata-se da demonstração que apresenta o lucro ou prejuízo do período, itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do exercício, os efeitos das alterações na política contábil e correção de erros reconhecidos no período, e as quantias das transações com os sócios (CRC-PR).

Outra demonstração extraída da contabilidade, é a de lucros ou prejuízos acumulados, conforme já citado anteriormente por Ludícibus et. al. (2010), essa substitui a DMPL, porém, a segunda é mais completa que a primeira.

A DLPA promove a integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE). Seu objetivo básico é o de demonstrar a destinação do lucro líquido do exercício: parcela distribuída aos acionistas e aquela retida pela empresa para reinvestimento. (ASSAF NETO, 2010, p. 75)

2.2.4 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é uma demonstração obrigatória regulada pela lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Foi uma das importantes inovações trazida pela referida lei. É uma demonstração contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta caixa (RIBEIRO, 2009).

Para Matarazzo (2010), a DFC é a peça contábil financeira que vai mostrar o que representou, em termos de dinheiro movimentado no exercício. Esta demonstração mostra as fontes e aplicações verificadas durante o exercício e que resultam afinal no saldo de caixa.

Iudícibus et. al. (2010) também descrevem que demonstração dos fluxos de caixa se tornou obrigatória pela lei das sociedades por ações, e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a tornou obrigatória para todas as demais sociedades.

Para a elaboração do DFC, são consideradas as movimentações de caixa e equivalente caixa. Nesse contexto, equivalente caixa corresponde as demais disponibilidades, como em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo, que podem ser prontamente resgatadas e convertidas em caixa, e que não estão sujeitas a riscos significantes que possam sofrer alterações nos valores (QUINTANA; PORTO; LEMOS, 2008).

2.2.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é uma demonstração que se tornou obrigatória recentemente para as companhias de capital aberto. Tem o objetivo de evidenciar a riqueza gerada pelas empresas, bem como sua distribuição, tanto no sentido econômico como sob a ótica social. Sob o ponto de vista econômico, mostra o desempenho da entidade na geração da riqueza e sua eficiência na utilização dos fatores de produção, comparando os valores de entrada com os valores de saída. Sob a ótica social, demonstra o valor da riqueza gerada e

sua distribuição: a parte dos empregados, do governo, dos agentes financiadores e acionistas e também a parcela retida pela própria empresa.

Conforme descreve Assaf Neto (2010, p. 87): “De maneira geral, a DVA demonstra ao usuário o quanto cada empresa criou de riqueza e como distribuiu aos agentes econômicos que ajudaram a criar essa riqueza.”

“A principal característica da DVA é a evidenciação do valor da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição ao *stakeholders* (empregados, governo, financiadores e acionistas).” (MACHADO; *et.al.*,2009, p.116).

Para regulamentar a prática do DVA, em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada lei nº 11.638, a qual alterou e revogou dispositivos da lei nº 6.404/76 e da lei nº 6.385/76, trazendo várias alterações na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as alterações, está a obrigatoriedade da elaboração e publicação da demonstração do valor adicionado pelas sociedades anônimas de capital aberto (CFC, 2008).

2.2.6 Demonstrações comparativas

Demonstrações comparativas refere-se à publicação das demonstrações do exercício corrente juntamente com as do exercício anterior. Segundo Ludícibus et. al. (2010), a lei das sociedades por ações obriga que sejam publicadas demonstrações contábeis de dois exercícios consecutivos para que possa ser feita uma comparação. O grande objetivo da comparação é que a análise de uma empresa é feita sempre com vista no futuro, sendo assim, é fundamental verificar a evolução passada.

2.2.7 Demonstrações contábeis consolidadas

As companhias abertas que fazem parte de um grupo de sociedades, estão obrigadas, por lei, divulgar demonstrações consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas são obrigatórias para as companhias integrantes de grupos de empresas, seguindo as normas da comissão de valores mobiliários (CVM) que editam quando há necessidade de consolidar as demonstrações.

Conforme destacam Perez Junior e Oliveira (2009), a CVM estabelece normas sobre a consolidação das demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas, uma obrigação legal que deve ser cumprida pelas investidoras de capital aberto que possuem participações em controladas.

Demonstrações contábeis consolidadas, a princípio, são o resultado da somatória das demonstrações contábeis de várias empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, excluídos os saldos e os resultados de operações entre essas empresas (PEREZ JÚNIOR; OLIVEIRA, 2009, p.66).

2.2.8 Notas explicativas às demonstrações financeiras

As notas explicativas não são demonstrações financeiras, servem apenas para complementar dados das demonstrações elaboradas (IUDÍCIBUS, 2009).

A finalidade das notas explicativas é proporcionar aos usuários entendimento completo das demonstrações contábeis apresentadas de forma numérica, com descrição em forma de texto informando os principais critérios e, eventuais modificações que foram utilizadas na elaboração das demonstrações. Outra utilidade, é o detalhamento numérico de algumas rubricas do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, que podem ser objeto de averiguações mais específicas (PADOVEZE, 2009).

Assaf Neto (2010, p. 89) afirma que:

As Notas Explicativas são normalmente apresentadas ao final das demonstrações financeiras publicadas, sendo obrigatórias para as companhias abertas. Representam uma complementação das demonstrações contábeis, passando a fazer parte efetiva do conjunto de publicações previstas na lei das sociedades por ações.

2.2.9 Relatório da administração

O relatório da administração também faz parte do conjunto de demonstrações e relatórios financeiros que devem ser divulgados pelas sociedades de capital aberto.

Conforme descrevem Iudícibus et. al. (2010), não é uma demonstração propriamente dita, é um relatório exigido por lei, o qual deve evidenciar os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos

em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros entre outros. As companhias de capital aberto devem seguir orientações da comissão de valores mobiliários sobre os tópicos relevantes que devem conter nesse relatório.

2.2.10 Relatório dos auditores independentes

Outro relatório de divulgação obrigatória para as companhias com ações negociadas na bolsa de valores é o do parecer dos auditores independentes.

O parecer dos auditores independentes, o qual é divulgado juntamente com as demonstrações financeiras, visa passar confiança do conteúdo apresentado nas demonstrações publicadas, principalmente aos investidores, no caso das sociedades de capital aberto.

Acompanhando as demonstrações contábeis legais, a publicação do parecer dos auditores independentes é obrigatória para diversas empresas, tais como companhias abertas, seguradoras, instituições financeiras da esfera de controle do Banco Central etc. O parecer basicamente relata as demonstrações contábeis que foram auditadas e a adequada interpretação dos princípios contábeis em vigor, dando, assim, maior representatividade ao conteúdo das informações contábeis publicadas (ASSAF NETO, 2010, p. 89).

2.3 FINALIDADES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Sobre a finalidade das demonstrações contábeis, Braga (2009, p.65) afirma:

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins. Entretanto, essas exigências não devem afetar o objetivo básico dessas demonstrações, que é o de fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinado grupo de usuários.

A geração das Demonstrações Financeiras sob o regramento das NBC's objetiva fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade

específica de determinados grupos de usuários, em especial o fisco. As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas pelo menos anualmente e visam atender às necessidades comuns de informações de um grande número de usuários (CRC - PR).

Braga (2009) relata que as demonstrações contábeis não têm finalidade específica de atender determinado grupo de usuários. São preparadas com a finalidade de atender as necessidades comuns da maioria de seus usuários, já que quase todos utilizam tais demonstrações para a tomada de decisões econômicas.

2.4 USUÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentro do grupo de usuários das demonstrações contábeis, se encontram os fornecedores, que estão especialmente voltados a conhecer a capacidade de pagamento da empresa para a qual vendem, ou seja, sua liquidez. (ASSAF NETO, 2010).

Os investidores também possuem grande interesse em conhecer a saúde econômica financeira da entidade em que estão investindo.

Braga (2009, p.19) coloca que:

Os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Eles necessitam de informações para ajudá-los a decidir se devem comprar, manter ou vender investimentos. Os acionistas também estão interessados em informações que os habilitem a avaliar se a entidade tem capacidade de pagar dividendos.

Os concorrentes também possuem interesse em conhecer seu mercado de atuação de maneira que possam comparar sua posição econômica financeira, como: liquidez, rentabilidade, crescimento de vendas entre outros, em relação a seu setor de atividade (ASSAF NETO, 2010).

Os credores por empréstimos são parte integrante do grupo de usuários que buscam analisar as demonstrações contábeis de uma entidade, as quais satisfazem sua necessidade, à medida que lhes são solicitados empréstimos.

Segundo descrevem Iudícibus et. al. (2010, p.35): “Estes estão interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.”

Os empregados, bem como seus representantes, em seu papel de usuários das demonstrações contábeis estão interessados sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Também têm interesse em avaliar a capacidade que a entidade possui de prover sua remuneração e lhes proporcionar benefícios (BRAGA, 2009).

Os clientes usam as demonstrações contábeis para analisar se seu fornecedor terá continuidade operacional da entidade, especialmente quando possuem relação de negócios há bastante tempo, ou quando dela dependem como fornecedor importante (IUDÍCIBUS, *et. al.*, 2010).

Outro usuário que faz uso das demonstrações contábeis das entidades é o governo.

Em relação ao governo como usuário, Assaf Neto (2010, p.41) descreve,

O interesse do **governo** na análise de balanços é explicado em processos de concorrência pública, em que o desempenho empresarial é fator importante no processo de seleção; na necessidade de conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividade como forma de subsidiar a formulação de certas políticas econômicas; no controle mais próximo de empresas públicas e concessionárias de serviços públicos etc.

“Os governos e suas agências estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades das entidades.” (IUDÍCIBUS *et.al.*, 2010, p.35).

As demonstrações contábeis ainda trazem contribuição para o público, o qual também é considerado parte do grupo de usuários externos.

Braga (2009, p.19) relata que:

As entidades afetam o público de diversas maneiras. Elas podem, por exemplo, fazer contribuição substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais. As demonstrações contábeis podem ajudar o público fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.

Os administradores das entidades não são usuários externos, são usuários internos das demonstrações contábeis, as quais são de grande importância para eles.

A análise do balanço, para os administradores, serve como instrumento de acompanhamento e avaliação das decisões financeiras tomadas pela empresa. Ao

avaliar os relatórios contábeis, os dirigentes das empresas poderão mensurar os resultados de suas políticas de investimentos e financiamentos. Através das demonstrações também é possível desenvolver uma avaliação sobre o desempenho futuro da empresa, como: sua capacidade esperada de gerar lucros, posição prevista de caixa, crescimento das vendas, análise dos custos, etc. (ASSAF NETO, 2010).

2.5 PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 2007, com a criação da lei nº 11.638/07, nosso país entrou no processo de padronização das demonstrações contábeis com as normas internacionais de contabilidade.

A lei nº 11.638 introduziu importantes modificações nas regras contábeis brasileiras, sendo que, seu principal objetivo foi a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade, principalmente os emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board), através dos IFRS (International Financial Reporting Standards) e dos IAS (International Accounting Standards). (BRAGA; ALMEIDA, 2008).

A adoção das normas internacionais de contabilidade traz uma mudança que vai de encontro à tradição formalista brasileira, que é a prática da essência sobre a forma, o julgamento da realidade econômica da entidade, o que passa maior transparência para o investidor, certamente é uma mudança que exigirá profunda transformação dos profissionais da contabilidade, tanto no perfil como no currículo disciplinar desses profissionais (SANTOS; CALIXTO, 2010).

Braga e Almeida (2008) também descrevem que a regulamentação da convergência internacional, através da lei nº 11.638/07, gera o benefício do acesso das empresas brasileiras a capitais externos a um custo e a uma taxa de risco menor. É uma convergência irreversível, insere-se no contexto das melhores práticas de governança corporativa, contribuindo para a maior transparência das informações das empresas, aumentando sua exposição aos investidores internacionais e ao mercado de um modo geral.

Cardoso et.al. (2009) relatam, a lei nº 11.638/07 é fruto de mais de uma década de debates na academia, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no ministério da fazenda e no congresso

nacional. Porém, teve aspectos não abordados adequadamente, sendo assim, foi introduzida a medida provisória nº 449/08 (hoje lei nº 11.941/09), editada em 03 de dezembro de 2008, para fazer as correções necessárias. Entre as principais alterações promovidas por essas normas na contabilidade societária das companhias abertas estão:

- a) obrigatoriedade de elaboração, auditoria e divulgação da DFC e a desobrigação de se elaborar a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR);
- b) obrigatoriedade de elaboração, auditoria e divulgação da DVA;
- c) criação do subgrupo intangível no ativo não circulante;
- d) extinção da conta lucros acumulados do patrimônio líquido;
- e) proibição de se reconhecer novas reavaliações;
- f) exigência de se marcar a mercado os títulos e valores mobiliários destinados à negociação imediata ou disponíveis para venda;
- g) exigência de se ajustar a valor presente os recebíveis e os exigíveis a longo prazo, sendo facultado o mesmo tratamento para os títulos a receber, classificados no ativo circulante, e para os títulos a pagar classificados no passivo circulante;
- h) exigência de se reconhecer perdas por irrecuperabilidade no valor contábil (*impairment*);
- i) alteração da definição de ativo, de forma a atualizar a lei conforme *framework for the preparation and presentation of financial statements* elaborado pelo IASB, cujo foco deixa de ser propriedade e passa a ser trinômio “benefício, risco e controle”; consequentemente, há de forma implícita a exigência de se reconhecer o imobilizado e o respectivo passivo assumido em decorrência de arrendamento financeiro;
- j) aprimora o conteúdo informal das notas explicativas;
- k) elimina a conta diferido e o somatório ativo permanente, ambos do ativo não circulante, da mesma forma que elimina a conta resultado de exercícios futuros e o somatório exigível a longo prazo, ambos do passivo não circulante;
- l) alterou na demonstração do resultado do exercício, a rubrica “resultado não operacional” por “outras receitas e outras despesas”;

m) alterou a definição de coligada, para fins da adoção do método de equivalência patrimonial

Além das alterações relacionadas anteriormente, Cardoso et.al. (2009) também relatam que a lei nº 11.638/07 e a medida provisória nº 449/08 (hoje lei nº 11.941/09) preveem:

- a) a obrigatoriedade da CVM emitir normas contábeis em consonância aos padrões internacionais de contabilidade;
- b) a obrigatoriedade das empresas de grande porte¹ adotarem os padrões contábeis dispostos na lei nº 11.638/07 e de submeterem suas demonstrações contábeis à análise de auditores externos (independentes) registrados na CVM ;
- c) desvinculação da contabilidade societária em relação à apuração da base de cálculo do imposto de renda, estabelecendo neutralidade tributária aos ajustes decorrentes da adoção do IFRS pelas empresas brasileiras que optarem pelo regime tributário de transição (RTT).

¹ Empresas de grande porte são, pela legislação em vigor (parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638/07), as que possuem ativo superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. (CARDOSO, *et. al.*, 2009, p.787).

3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado (DVA) é um demonstrativo que surgiu na Europa, influenciado pela Grã-Bretanha, França e Alemanha, tem sido cada vez mais difundido e adotado por outros países, principalmente por recomendação expressa da Organização das Nações Unidas (ONU). É um relatório contábil que evidencia o quanto uma empresa gerou de riqueza, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e como essa riqueza foi distribuída entre os empregados, governo, acionistas, financiadores de capital, bem como a parcela não distribuída (RIBEIRO, 2009).

Padoveze (2009, p. 416) descreve que:

A Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, seu Produto Interno Bruto (PIB). Essa informação é tão importante que, além de sua utilização pelos países europeus, alguns países só aceitam a instalação e a manutenção de uma empresa transnacional se ela demonstrar qual será o valor adicionado que irá produzir.

Visando definir o que vem a ser valor adicionado (agregado), Ludícibus (2009, p. 243) coloca,

Se subtrairmos das vendas todas as compras de bens e serviços, teremos o montante de recursos que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir em seu negócio, isto é, o montante de valor que a empresa está agregando (adicionando) como consequência de sua atividade.

Ribeiro (2009) também descreve que a DVA tem por finalidade demonstrar a origem da riqueza gerada pela entidade e como ela foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta e indiretamente para a sua geração. O valor adicionado demonstrado na referente demonstração corresponde à diferença entre o valor da receita de vendas e os custos dos recursos adquiridos de terceiros.

Cosenza (2003, p.7) afirma:

A demonstração do valor adicionado é parte integrante deste novo grupo de relatórios desenvolvidos pela contabilidade para assistir melhor essas necessidades emergentes, visando, principalmente, a evidenciar o papel

social das empresas, apresentando claramente a riqueza, para que toda a sociedade conheça a função positiva na criação de valor para a comunidade.

O quadro 1 apresenta os principais conceitos do valor adicionado bruto produzido, do valor adicionado da produção, do valor adicionado bruto empresarial e do valor adicionado líquido empresarial com as principais características de cada um deles.

Quadro 1: Conceitos e características do DVA

CONCEITOS	CARACTERÍSTICAS
Valor adicionado bruto produzido	É aquele resultante da atividade típica da empresa, ou seja, da confrontação dos ingressos por vendas com custos dos bens e serviços que procederam de terceiros e foram consumidos para se obterem esses ingressos.
Valor adicionado da produção	É aquele correspondente ao esforço de produção da atividade típica da entidade, ou seja, da confrontação das receitas com os custos de produção do período, não importando que estejam vendidos ou em estoques.
Valor adicionado bruto empresarial	É aquele relativo à atividade operacional da companhia, ou seja, obtido da confrontação dos ingressos por vendas com os custos da produção alcançados no período e as aquisições externas originadas por esse volume de atividade.
Valor adicionado líquido empresarial	É aquele decorrente de todas as atividades da empresa, ou seja, da confrontação de todos os ingressos com todos os gastos do período.

Fonte: Adaptado de Cosenza (2003, p.11)

O valor adicionado é obtido mediante a diferença entre as vendas ou produção dessa empresa e o total de aquisições ou compras feitas para esse mesmo fim, representando a soma de toda a remuneração de esforços consumidos nas atividades da companhia. Para a determinação do valor adicionado e à elaboração da demonstração correspondente, é fundamental que se conheça o lucro obtido no período -DRE- e a destinação atribuída aos sócios ou acionistas, por conta de tal lucro: proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. A este respeito, cabe destacar que a DVA não tem a finalidade de substituir a DRE. Esse tema já foi objeto de muito estudo na área contábil no passado, por fim, se concluiu que para que se tenha uma efetiva visão da magnitude socioeconômica da entidade, deve haver uma estreita complementaridade entre essas duas demonstrações contábeis (COSENZA, 2003).

O quadro 2 apresenta um modelo de DVA, evidenciando de que forma ela deve ser elaborada e publicada, contem a descrição das contas que a integram e duas colunas. Uma coluna representa o período encerrado, a outra o período do ano anterior, demonstrando que sempre devem ser publicadas as duas últimas demonstrações, para que possa ser feito um quadro comparativo entre os dois exercícios.

Quadro 2: Modelo de demonstração do valor adicionado

DESCRIÇÃO	20x1	20x2
1 – RECEITA		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
Outras receitas		
Receitas relativas à construção de ativos próprios		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa-reversão		
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos- ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais , energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/recuperação dos valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5- VALOR ADICIONADO. LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal		
8.1.1- Remuneração direta		
8.1.2- Benefícios		
8.1.3- FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1- Federais		
8.2.2- Estaduais		
8.2.3- Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1- Juros		
8.3.2- Aluguéis		
8.3.3- Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1- Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3- Lucros retidos/prejuízo do exercício		
8.4.4- Participação dos não controladores nos lucros retidos (p/consolidação)		

Fonte: Adaptado de Ludícibus, *et.al.*, (2010, p.585)

A seguir serão apresentados conceitos das principais contas do DVA conforme descreve Ludícibus et. al. (2010).

Receita: somam os itens vendas de mercadorias, produtos e serviços, outras receitas, receitas relativas à construção de ativos próprios e perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa-reversão.

Vendas de mercadorias, produtos e serviços: neste campo deve ser apresentado o valor da venda bruta de mercadorias, produtos e serviços, ou seja, valores com os impostos sobre a venda.

Outras receitas: valores oriundos, principalmente, da baixa do ativo não circulante, como ganho ou perda na venda de imobilizados, investimentos e outros.

Receitas relativas à construção de ativos próprios: são valores relativos à construção de ativos para uso próprio, como: materiais, mão de obra, aluguéis, serviços terceirizados etc.

Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa-reversão: valores relativos às perdas estimadas apropriadas ao resultado, bem como sua respectiva reversão.

Insumos adquiridos de terceiros: inclui os valores dos Impostos, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade (COFINS).

Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos: inclui somente os insumos, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros, devendo estarem somados os tributos incidentes na compra, sendo recuperáveis ou não.

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros: valores relativos à utilização de materiais diversos, utilidades e serviços adquiridos de terceiros.

Perda/recuperação de valores de ativos: são os valores reconhecidos no resultado do período, tanto da constituição quanto da reversão de perdas estimadas com desvalorização e redução ao valor recuperável de ativos.

Valor adicionado bruto (diferença entre os itens 1 e 2): é a diferença entre o total das receitas e os insumos adquiridos de terceiros.

Depreciação, amortização e exaustão: inclui todas as despesas de depreciação, amortização e exaustão da entidade do período em apuração.

Valor adicionado líquido produzido: é o valor adicionado bruto menos a depreciação, amortização e exaustão.

Valor adicionado recebido em transferência: corresponde a riqueza gerada por outras empresas, porém recebida em transferência.

Resultado de equivalência patrimonial: é o resultado da equivalência patrimonial, seja positiva ou negativa, e os dividendos recebidos relativos a investimentos avaliados pelo método do custo.

Receitas financeiras: inclui todas as receitas financeiras que constam na demonstração do resultado do exercício.

Outras: nesse caso refere-se a outras receitas.

Valor adicionado total a distribuir: representa a soma do valor adicionado líquido produzido pela entidade e do valor adicionado recebido em transferência.

Pessoal: corresponde à parte da riqueza distribuída aos colaboradores (funcionários) da empresa.

Remuneração direta: corresponde aos salários, 13º salário, férias, horas extras, participação nos lucros dos empregados, honorários etc. Não devem ser incluídos os encargos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Benefícios: engloba valores gastos com assistência médica aos empregados, alimentação, vale transporte, plano de aposentadoria etc.

Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS): representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

Impostos, taxas e contribuições: este item se refere a todos os impostos e contribuições devidos pela empresa, inclusive a parte patronal do INSS. Quando se trata de impostos que geram créditos, aqui deverá ser somada somente a diferença que a empresa efetivamente recolheu e ou irá recolher.

Federais: estão incluídos o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), contribuição social sobre o lucro líquido (CSSL), imposto sobre produtos industrializados (IPI), contribuição de intervenção no domínio público (CIDE), programa de integração social (PIS), contribuição para o financiamento da seguridade (COFINS) e contribuição sindical patronal.

Estaduais: são os impostos que competem à esfera estadual, que são: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

Municipais: inclui os impostos que o município arrecada: imposto sobre serviços (ISS) e imposto predial e territorial urbano (IPTU).

Remuneração de capitais de terceiros: corresponde aos valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital e devem ser apresentados conforme seguem os subitens.

Juros: são as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos.

Aluguéis: corresponde aos aluguéis, incluindo as despesas com arrendamento operacional, pagos ou creditados a terceiros.

Outras: outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, tais como royalties, franquias, direitos autorais etc.

Remuneração de capital próprio: corresponde à remuneração do capital dos sócios e dos acionistas.

Juros sobre o capital próprio: refere-se ao juro do capital próprio pagos aos sócios por conta do resultado do exercício.

Dividendos: são os valores distribuídos aos acionistas e sócios.

Lucros retidos e prejuízos do exercício: inclui a parcela do lucro do exercício destinada às reservas e os juros sobre o capital próprio contabilizados como reservas. Havendo prejuízo, deve ser incluído com sinal negativo.

Participação dos não controladores nos lucros retidos: este item é exclusivo para a DVA consolidada e evidencia a parcela da riqueza obtida destinada aos sócios não controladores.

A demonstração do valor adicionado representa um dos elementos componentes do balanço social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. (CRC - PR).

Conforme relatam Cunha; Ribeiro e Santos (2005, p.8),

O Balanço Social tem por ambição descrever uma certa realidade econômica e social de uma entidade através do qual é suscetível de avaliação. Em decorrência dele as relações entre fator trabalho podem ser melhor regulados e harmonizados, na medida em que as forças sociais avancem e tomem posição, especialmente nos países de terceiro mundo, entre eles o Brasil.

Dentre as vertentes do balanço social, destaca-se a DVA, que produz informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua

distribuição, é uma das peças formadoras do balanço social. (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

3.1 OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO E OBJETIVOS DA ELABORAÇÃO DA DVA

A demonstração do valor adicionado obrigatoriamente deverá ser apresentada pelas sociedades anônimas de capital aberto, sendo facultada sua elaboração e apresentação para as demais entidades (CRC-PR).

Fagundes et. al. (2008) afirmam que a demonstração do valor adicionado tem por objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade. É uma demonstração que evidencia o valor agregado durante seu processo produtivo e a forma de distribuição aos grupos de interesse.

Ludícibus et. al. (2010), relatam que a demonstração do valor adicionado tem como objetivo principal informar o valor da riqueza gerada pela empresa e sua devida distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.

O objetivo da demonstração em estudo é apresentar o montante do valor adicionado por determinada sociedade e sua forma de distribuição. O valor adicionado significa a riqueza gerada pela empresa, que na prática compreende a receita bruta deduzida dos valores debitados no resultado relativos às riquezas oriundas de terceiros (BRAGA; ALMEIDA, 2008).

De maneira geral, o objetivo maior da DVA é de demonstrar o quanto a empresa gerou de riqueza (recursos) e como ela distribuiu esses recursos aos agentes que contribuíram para tal formação. Um benefício notório dessa demonstração é que pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade, ou seja, o quanto a empresa agregou de valor efetivamente para a sociedade no exercício (ASSAF NETO, 2010).

3.2 CONDIÇÕES OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA DVA

Iudícibus et.al. (2010) descrevem que para atender aos requisitos estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 09 e na legislação societária, a elaboração e divulgação da DVA deverá:

- a) ser elaborada com base no princípio contábil da competência;
- b) ser apresentada de forma comparativa (período atual e anterior);
- c) ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das demonstrações do valor adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- d) incluir a participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- e) ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade e
- f) ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas demonstrações contábeis.

Para a determinação do valor adicionado e a elaboração da demonstração correspondente, é necessário conhecer o lucro obtido no período, através da demonstração do resultado do exercício, e a destinação atribuída aos sócios ou acionistas por conta de tal lucro: proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (COSENZA, 2003).

Na elaboração da demonstração do valor adicionado, qualquer aumento nos estoques da produção em andamento e de produtos acabados não é contado como parte da riqueza gerada nesse período, porque a venda não ocorreu. Por outro lado, uma diminuição nesses estoques conta como riqueza gerada no período (ASSAF NETO, 2009).

3.3 TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DA DVA

A elaboração da demonstração do valor adicionado tem como principal fonte de informação a demonstração do resultado do exercício (SANTOS 2003).

Para definir o valor adicionado de uma empresa deve identificar a receita total, diminuir os insumos adquiridos de terceiros (consumos intermediários), a diferença encontrada é o valor adicionado (LUCA, 1998).

Santos (2003) descreve que a receita bruta é composta pela venda de mercadorias, produtos e serviços, deduzindo as devoluções de venda, os abatimentos, o custo das mercadorias e serviços vendidos, os materiais, a energia, os serviços de terceiros e outros. Também são somadas na receita total as receitas não operacionais, que se referem aos valores considerados fora da atividade principal da empresa, podendo ser líquido esse valor ou bruto, sendo que, se for somado o valor bruto é obrigatório deduzir os custos posteriormente.

O valor adicionado da atividade produtiva é obtido pela diferença entre a Receita de Vendas (ou produção) e os Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros (consumo intermediário). **O valor adicionado total dos negócios** representa a soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pelas aplicações de recursos que geraram riqueza em outra empresa ou atividade. (LUCA, 1998, p. 33).

Na elaboração da demonstração do valor adicionado, após encontrar o valor adicionado propriamente dito, é apresentada a parcela destinada a cada elemento que contribuiu para sua formação separadamente, como para os empregados, remuneração pela força do trabalho; para os financiadores, remuneração pelos recursos emprestados; para o governo, remuneração pela estrutura social, política e econômica que gera condições de operações no meio ambiente e para os acionistas, remuneração pelo capital investido na empresa (LUCA, 1998).

3.4 BENEFÍCIOS

A DVA é um relatório contábil que demonstra os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade, por meio da absorção da mão de obra da comunidade em que estão inseridas, capacidade de gerar riqueza para a economia, ou seja, contribuir para o desenvolvimento econômico (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Com base na DVA é possível perceber o benefício proporcionado pela empresa à sociedade em termos de pagamento de impostos, taxas e contribuições

ao governo, o nível de participação da mão de obra na geração da riqueza e o nível de remuneração do capital próprio e de terceiros. (CHAN; SILVA; MARTINS, 2007).

4 AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS EM ESTUDO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS EM ESTUDO

As empresas em estudo como já citado anteriormente, são as companhias de capital aberto situadas em Caxias do Sul-RS, sendo elas: Fras-le S.A. com sua sede no bairro Forqueta, na Rodovia 122; a Lupatech S.A. que possui sua matriz no bairro Distrito Industrial; a Marcopolo S.A. que tem a sede situada no bairro Ana Rech e a Randon S.A. Divisão Implementos com sede no bairro Interlagos.

4.1.1 Histórico

A seguir seguem informações sobre a evolução histórica das companhias objeto de estudo a partir dos dados constantes nos sites das empresas.

Em 1954 a Fras-le foi fundada, na década de 1960 a empresa fez suas primeiras exportações. Na década de 1970 fez um acordo de tecnologia com a empresa Textar da Alemanha para a linha de revestimentos de embreagem. Ainda na década de 70, a empresa abriu seu capital e inaugurou um centro de pesquisa e desenvolvimento.

Na década de 1980 fez outro acordo de tecnologia, sendo que esse foi com a Don International da Inglaterra para lonas leves, pesadas e pastilhas. Nesse mesmo período fez o lançamento de materiais sem amianto, assumiu o controle da Lonaflex, inaugurou uma unidade na América do Norte e fechou um acordo de tecnologia com a empresa Abex dos Estados Unidos para as linhas de blocos e lonas para automóveis.

A Fras-le inaugurou o centro de distribuição na Argentina na década de 1990, conquistou certificação na *International Organization for Standardization* (ISO) 9001, passou a ser controlada pelo Grupo Randon, adquiriu outra certificação, inaugurou o novo centro de pesquisa e desenvolvimento em Forqueta, inaugurou o centro de operações comerciais em Andina no Chile e conseguiu a certificação na ISO 14001.

Na década de 2000 inaugurou um centro de operações comerciais na Alemanha, outro no México e um escritório em Dubai. Nessa época também eliminou totalmente a fabricação de produtos com amianto, conquistou duas

diferentes certificações, adquiriu a empresa americana Haldex-Alabama, houve a criação e início das operações na unidade da China, conquistou o prêmio nacional de qualidade (PNQ) e a certificação ISO na unidade da Asia.

Por último, na década de 2010, expandiu a fábrica em Pratville no Alabama nos EUA, adquiriu a empresa Freios Control, criou a Fras-le Middle East e ampliou a área de expedição da fábrica em Caxias do Sul.

A Lupatech S.A. fundada em 1980 com a criação da Microinox, em 1984 criou a Valmicro. Em 1987 fez a primeira rodada de *private equity*², em 1995 criou a Steelinject e fez a segunda rodada de *private equity*. Em 2000 adquiriu a MNA e em 2003 fez a terceira rodada de *private equity*. Em 2005 adquiriu a Carbonox e fez a quarta rodada de *private equity*. Em 2006 fez várias aquisições, adquiriu a Mipel SP, Itasa, Worcester, Esferomatic e criou a Mipel Sul, também fez a oferta pública inicial de ações. No ano de 2007 fez aquisições de novas unidades, da CSL, da Petroima, da Gasoil, da K&S, da Jeferson e 50% da Aspro. Fez mais aquisições em 2008, adquiriu a Gavea Sensors, Fiberware, Tecval, 50% da Sinergás e Norpatagonica, ainda no mesmo ano deu nova arquitetura às marcas. Em 2009 criou a Tubular Services – Pojuca e a Lupatech Fiber Liners. Criou a Lupatech Oilfield Services em 2010 e adquiriu 6,77% da Vicinay Marine. Em 2011 vendeu a Steelinject e este ano vendeu a Microinox.

A Marcopolo teve início de suas atividades em 1949, com o nome de Nicola & Cia Ltda. Graças ao sucesso alcançado com o lançamento do ônibus chamado Marcopolo, passou a denominar-se Marcopolo S.A. em 1971.

No ano de 1957 foi fundada a unidade de Planalto em Caxias do Sul – RS. No início dos anos 60 passou a trabalhar com linha de produção. Em 1961 fechou o primeiro contrato de exportação. No ano de 1968 lançou o ônibus Marcopolo. Em 1971 fez o primeiro contrato de transferência e tecnologia. Foi marco importante no sistema de transporte coletivo da cidade de Curitiba no Paraná, fornecendo em 1974 as primeiras unidades de ônibus para o referido sistema. Foi inaugurada a unidade de Ana Rech em Caxias do Sul-RS no ano de 1981, onde hoje é a sede da

² Private Equity (PE), em sua definição estrita, refere-se a investimentos em ações (equity investments) de empresas não listadas em mercados públicos de valores, independente da estrutura societária utilizada. (LEAL, *et.al.*, 2011, p.41)

companhia. Na próxima década em 1994 foi inaugurada a Escola de Formação Profissional Marcopolo. Em 1996 conquistou a ISO 9002. Fundou na Argentina uma unidade, em 1998. Em 1999 fundou uma unidade fabril no México e adquiriu 50% da empresa Ciferal Indústria de Ônibus de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, que em 2001 passou a ser 100% da Marcopolo. Em 2000 fundou uma unidade na África e outra na Colômbia, em 2001 fundou uma unidade na China. Em 2007 fundou uma unidade na Índia e em 2009 fundou duas unidades, sendo uma na Índia e a outra no Egito. No corrente ano, fundou quatro unidades na Austrália em diferentes cidades.

Hoje a Marcopolo S.A. conta com unidades fabris em oito países: Brasil, Argentina, Colômbia, México, Índia, Egito, África do Sul e Austrália, sendo que, possui o controle acionário de cinco diferentes empresas que são: a Marcopolo, a Ciferal, a Volare, o Banco Moneo e a Fundação Marcopolo.

A Randon S.A. foi fundada na década de 1940 pelos irmãos Hercílio e Raul Randon, os dois trabalhavam na fabricação de ferramentas agrícolas, de repente resolveram abrir uma oficina para reforma de motores industriais. Na década seguinte, fundaram a Mecânica Randon Ltda, iniciaram a fabricação de freios a ar para reboques e do terceiro eixo para caminhões.

Começou com a fabricação dos primeiros semirreboques na década de 1960. Com as determinações estabelecidas pela lei da balança, a Randon viu uma grande oportunidade e criou o terceiro eixo para carretas e o sistema de suspensão balancim, o que possibilitou a ampliação da capacidade de carga.

Após uma viagem à Europa na década de 1970, onde conheceram com maior profundidade a realidade do sistema de transportes mundial, os irmãos Randon perceberam o potencial de crescimento do setor e investiram em uma nova fábrica com 40.000 metros quadrados de área construída. Ainda dentro da década de 70, a empresa abre seu capital para ampliar a capacidade de produção e inicia a fabricação dos veículos fora de estrada através da Randon Veículos. Nessa época a empresa também deu início à estruturação de sua rede de distribuidores e ingressa no comércio exterior.

Na década de 1980 iniciou o processo de diversificação do negócio Randon, com a fundação da Freios Master, uma *joint venture* com a americana ArvinMeritor (na época Rockwell), e da Administradora de Consórcios Randon. Incorporou a Fras-le na década de 1990, fundou uma unidade na Argentina e a Jost Brasil, *joint venture* com a Jost Werke da Alemanha. Nessa época intensificou a diversificação

dos negócios. Na década de 2000 fundou a Suspensys, uma *joint venture* com a ArvinMeritor, dos Estados Unidos. Nessa década a Randon se consolidou líder em seus segmentos, exportando para todos os continentes.

A Castertech Fundação e Tecnologia, constituída em setembro de 2006, é a mais nova empresa da Randon e foi criada para aumentar a integração da cadeia de suprimentos do grupo.

4.1.2 Mercado de atuação

A Fras-le atua fornecendo produtos para montadoras de veículos como sistemas de freio e de embreagem. Desenvolve novas pastilhas, lonas para freio e revestimento em sintonia com o projeto do veículo através do desempenho e harmonia entre a engenharia da Fras-le e das montadoras. Contempla o ramo de veículos rodoviários, ferroviários, de aviação e de equipamentos industriais. A reposição de peças é outro segmento de atuação da Fras-le, colocando à disposição do consumidor produtos com qualidade do equipamento original. A exportação é mais um segmento de atuação da empresa Fras-le, o que representa aproximadamente 50% do faturamento. Exporta para mais de 80 países, nos cinco continentes (FRAS-LE).

A Lupatech atua fortemente no fornecimento de equipamentos e serviços para a indústria de petróleo e gás. Fornece cabos de poliéster para a ancoragem de plataformas em águas profundas e ultraprofundas, fornece ampla linha de válvulas, ferramentas para a completação de poços, revestimentos especiais para tubos, compressores de gás, sistema de monitoramento em fibra óptica, além de serviços gerais em plataformas (LUPATECH).

Posicionada entre as maiores fabricantes de ônibus do mundo, e a maior no mercado brasileiro, a Marcopolo atua no fornecimento de ônibus rodoviários, intermunicipais, urbanos e micros. Participa ativamente no desenvolvimento e implementação de soluções para o transporte coletivo de passageiros (MARCOPOLO).

A Randon atua na fabricação de implementos rodoviários como, graneleiro, carga seca, tanque, canavieiros, basculantes, furgão para carga geral, sider, frigorífico, florestal, base de contêineres, utilitários, silo rodoviário e transporte de bebidas.

Também com atuação consolidada no mercado ferroviário, a Randon S.A. projeta e desenvolve vagões com tecnologia de última geração. Vagões em formato de gôndola para o transporte de minério de ferro, em formato hopper para o transporte de grãos, calcário e outros, vagões tanque para o transporte de combustíveis e cimento a granel, vagões carga geral para o transporte de granéis e carga geral e o formato plataforma para transportar contêineres e carga geral (RANDON).

4.1.3 Estrutura das empresas

A Fras-le S.A., além de sua unidade sede em Caxias do Sul – RS, possui unidades fabris nos Estados Unidos da América no estado do Alabama e em Pinghu na China. Além das três fábricas, a empresa possui centros de distribuição na Argentina, na Europa, e nos Estados Unidos e operações comerciais nos Estados Unidos, no Chile, na Alemanha, no México, Emirados Árabes Unidos e na África do Sul. Possui uma equipe de profissionais com capacidade de atender clientes de mais de 80 países nos cinco continentes (FRAS-LE).

A Lupatech é uma empresa consolidadora do mercado de válvulas na América Latina, possui fábricas no Brasil, na Argentina e bases de comercialização nos EUA e no México (LUPATECH).

Com quinze unidades fabris em oito diferentes países, sendo três no Brasil, e doze no exterior, a Marcopolo conta com uma força de trabalho atual de mais de 18.000 colaboradores. No Brasil, a empresa possui duas unidades em Caxias do Sul-RS, e outra em Duque de Caxias-RJ. No exterior possui uma fábrica na China, uma no Egito, uma na África, uma na Argentina, uma no México, uma na Colômbia, duas na Índia e quatro unidades na Austrália (MARCOPOLO).

Além da sede em Caxias do Sul, a Randon S.A. tem unidades industriais em Guarulhos – SP e na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, na Argentina, em um sistema de complementação de linhas de produção com total sinergia entre todas as unidades, de modo a atender todos os mercados. No Brasil, o atendimento é realizado através de uma rede de distribuidores que está estrategicamente localizada em mais de 70 pontos do país. No mercado externo, onde atua há quatro décadas, a empresa marca presença com seus produtos em mais de 70 países. Para acessar os diversos continentes, a Randon conta com uma rede internacional

em 45 pontos, além de escritórios internacionais de negócios e unidades de montagem, para onde os produtos são projetados e desenvolvidos de acordo com as exigências locais de transporte (RANDON).

4.1.4 Aspectos mercadológicos específicos

As empresas em estudo são todas do segmento metalúrgico, porém, cada uma possui um aspecto mercadológico específico.

A Fras-le S.A. está situada dentro de um mercado específico que produz sistemas de fricção e embreagem. Fornece seus produtos para veículos automotores: rodoviários; ferroviários; aéreos, e alguns itens de frenagem para equipamentos industriais (FRAS-LE).

Visando atingir um segmento voltado para a extração de petróleo e gás, a Lupatech S.A. fornece equipamentos e serviços para atender as atividades de exploração desses recursos naturais (LUPATECH).

Com o objetivo de oferecer solução para o transporte coletivo de pessoas, a Marcopolo S.A. tem como sua principal atividade a fabricação de ônibus rodoviários, intermunicipais, urbanos e micros (MARCOPOLO).

O negócio da Randon S.A. está voltado para a produção de equipamentos de cargas em geral, tanto para o ramo rodoviário como ferroviário (RANDON).

4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

4.2.1 Composição do valor adicionado e as parcelas destinadas a cada agente econômico

Na tabela 1 estão evidenciadas as rubricas geradoras do valor adicionado da empresa Fras-le S.A., identificando qual compõe a maior parcela do valor adicionado, bem como o total do valor adicionado a distribuir, e a parcela destinada a cada agente econômico no exercício de 2011, a partir das informações constantes na demonstração do valor adicionado da referida companhia, a qual foi retirada do site da BM&FBOVESPA.

O valor adicionado líquido produzido da empresa Fras-le representa 81,41% do total do valor adicionado a distribuir, isso significa que ela gera uma parcela

considerável do valor adicionado com sua atividade principal, atividade de produção. O resultado de equivalência patrimonial tem uma parcela pouco significativa, representa apenas 0,36% do total, e as receitas financeiras têm uma participação de 18,23% sobre o total do valor adicionado a distribuir.

Tabela 1: Contas da DVA individual da Fras-le S.A. do exercício de 2011

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Valor adicionado líquido produzido	263.267	81,41
Resultado de equivalência patrimonial	1.174	0,36
Receitas financeiras	58.944	18,23
Valor adicionado total a distribuir	323.385	100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Distribuição do valor adicionado	323.385	100
Pessoal	125.630	38,84
Impostos, taxas e contribuições	108.903	33,68
Remuneração de capitais de terceiros	44.816	13,86
Remuneração de capitais próprios	44.036	13,62

Fonte: Adaptada da BM&FBOVESPA

Em relação à distribuição do valor adicionado a seus agentes econômicos, a Fras-le destinou maior parcela a seus colaboradores, representou 38,84% do total, em segundo lugar veio o governo, representado por 33,68% do total do valor adicionado a distribuir. As parcelas destinadas à remuneração do capital de terceiros e do capital próprio são parecidas, representando 13,86% e 13,62%, respectivamente.

A tabela 2 apresenta as rubricas geradoras do valor adicionado da empresa Lupatech S.A., identificando qual compõe a maior parcela do valor adicionado, bem como o total do valor adicionado a distribuir, e a parcela destinada a cada agente econômico no exercício de 2011, a partir das informações constantes na demonstração do valor adicionado da referida companhia, a qual foi retirada do site da BM&FBOVESPA.

Na empresa Lupatech a conta de receitas financeiras representa 62,86% do total do valor adicionado a distribuir, é a conta que tem maior representatividade. Nesse caso o valor adicionado líquido produzido, o qual vem da atividade principal

da empresa, agregou 52,86%, menos do que as receitas financeiras e o resultado de equivalência patrimonial foi negativo em (15,72%).

Tabela 2: Contas da DVA individual da Lupatech S.A. do exercício de 2011

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Valor adicionado líquido produzido	107.594	52,86
Resultado de equivalência patrimonial	(32.005)	(15,72)
Receitas financeiras	127.941	62,86
Valor adicionado total a distribuir	203.530	100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Distribuição do valor adicionado	203.530	100
Pessoal	70.333	34,56
Impostos, taxas e contribuições	68.133	33,48
Remuneração de capitais de terceiros	306.396	150,53
Remuneração de capitais próprios	(241.332)	(118,57)

Fonte: Adaptada da BM&FBOVESPA

Na distribuição do valor adicionado da Lupatech, a conta que teve maior representatividade sobre o valor adicionado a distribuir foi a remuneração do capital de terceiros, que representou 150,53%, isso quer dizer que a empresa toma, em capital de terceiros, um valor significativo. A remuneração do capital próprio foi negativa em (118,57%), pois a empresa teve prejuízo no exercício. A remuneração de pessoal foi de 34,56% sobre o total, seguida pela parcela destinada ao governo que ficou próxima, representando 33,48% sobre o total do valor adicionado a distribuído.

Na tabela 3 estão apresentadas as rubricas geradoras do valor adicionado da empresa Marcopolo S.A., identificando qual compõe a maior parcela do valor adicionado, bem como o total do valor adicionado a distribuir, e a parcela destinada a cada agente econômico no exercício de 2011, a partir das informações constantes na demonstração do valor adicionado da referida companhia, a qual foi retirada do site da BM&FBOVESPA.

No caso da Marcopolo, a atividade principal da empresa foi a que mais gerou valor adicionado a distribuir. O valor adicionado líquido produzido representou 68,88% do total. As receitas financeiras contribuíram com 19,33% na geração do

valor adicionado a distribuir, e o resultado de equivalência patrimonial representou 11,79%.

Tabela 3: Contas da DVA individual da Marcopolo S.A. do exercício de 2011

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Valor adicionado líquido produzido	747.811	68,88
Resultado de equivalência patrimonial	127.956	11,79
Receitas financeiras	209.889	19,33
Valor adicionado total a distribuir	1.085.656	100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Distribuição do valor adicionado	1.085.656	100
Pessoal	460.842	42,45
Impostos, taxas e contribuições	134.781	12,41
Remuneração de capitais de terceiros	147.730	13,61
Remuneração de capitais próprios	342.303	31,53

Fonte: Adaptada da BM&FBOVESPA

Na distribuição do valor adicionado da Marcopolo, a maior parcela coube à remuneração de pessoal, a qual foi de 42,45% sobre o total, em segundo lugar ficou a remuneração do capital próprio com 31,53%. Depois, em terceiro lugar a remuneração do capital de terceiros com 13,61%, e por último a parcela do governo, que foi de 12,41% sobre o total do valor adicionado a distribuído.

A tabela 4 é composta pelas rubricas geradoras do valor adicionado da empresa Randon S.A. Divisão Implementos, identificando qual compõe a maior parcela do valor adicionado, bem como o total do valor adicionado a distribuir, e a parcela destinada a cada agente econômico no exercício de 2011, a partir das informações constantes na demonstração do valor adicionado da referida companhia, a qual foi retirada do site da BM&FBOVESPA.

O valor adicionado total a distribuir da empresa Randon está representado por 62,54% pelo valor adicionado líquido produzido, ou seja, mais de 60% do total do valor adicionado vem da atividade de produção. Na sequência vem o resultado de equivalência patrimonial com 19,72%. As receitas financeiras foram responsáveis por 17,44% da composição do valor adicionado a distribuir, e representando uma pequena parcela de 0,30%, os aluguéis e os royalties também contribuíram na formação do total do valor adicionado a distribuir.

Tabela 4: Contas da DVA individual da Randon S.A. do exercício de 2011

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Valor adicionado líquido produzido	451.814	62,54
Resultado de equivalência patrimonial	142.481	19,72
Receitas financeiras	126.007	17,44
Aluguéis e royalties	2.160	00,30
Valor adicionado total a distribuir	722.462	100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Milhares (reais)	%
Distribuição do valor adicionado	722.462	100
Pessoal	228.941	31,69
Impostos, taxas e contribuições	111.442	15,43
Remuneração de capitais de terceiros	112.930	15,63
Remuneração de capitais próprios	269.149	37,25

Fonte: Adaptada da BM&FBOVESPA

Em relação à distribuição do valor adicionado, a empresa Randon destinou a parcela mais significativa para a remuneração do capital próprio, que representou 37,25% do total do valor adicionado. Depois, veio a parcela destinada a remuneração de pessoal que representou 31,69% do total. O capital de terceiros e o governo, foram remunerados com parcelas parecidas, representando 15,63% e 15,43%, respectivamente, sobre o total do valor adicionado distribuído.

4.2.2 Comparação das parcelas destinadas a cada agente econômico entre as empresas objeto de estudo

Na tabela 5 estão descritos os percentuais que as empresas em estudo destinaram a cada agente econômico no exercício de 2011.

Tabela 5: Comparativo das parcelas distribuídas a cada agente econômico

AGENTES ECONÔMICOS	Fras-le S.A. (%)	Lupatech S.A. (%)	Marcopolo S.A. (%)	Randon S.A (%)
Pessoal	38,84	34,56	42,45	31,69
Impostos, taxas e contrib.	33,68	33,48	12,41	15,43
Remun. capitais de terceiros	13,86	150,53	13,61	15,63
Remun. capitais próprios	13,62	(118,57)	31,53	37,25

Fonte: Adaptada da BM&FBOVESPA

Na remuneração de pessoal, nota-se que a participação que as quatro empresas possuem são muito semelhantes, sendo que a variação entre a empresa que apresenta a maior destinação e a que apresenta a menor, é de 10,76 pontos percentuais. A empresa que destinou parcela mais significativa entre as empresas em estudo para remuneração de pessoal, foi a Marcopolo, com 42,45% sobre o total do valor adicionado distribuído. A Fras-le foi a segunda empresa que mais remunerou pessoal, com uma parcela representada por 38,84% sobre o total. Depois ficou a Lupatech com uma remuneração de 34,56%, e por último a Randon com 31,69% do total do valor adicionado distribuído, foi a empresa que menos remunerou pessoal, entre as quatro em estudo.

Em relação à parcela destinada para pagamento de impostos, taxas e contribuições, pode-se observar que as quatro empresas estão divididas em dois grupos. Onde as empresas Fras-le e Lupatech apresentam uma participação semelhante entre elas, na parcela que destinaram ao governo, que são bem superiores às das demais empresas, e parecidas com as que destinaram para a remuneração de seu pessoal. Já as empresas Marcopolo e Randon, apresentam uma participação bem inferior no que se refere ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando comparadas com as parcelas da Fras-le e Lupatech, tanto quando comparadas à participação das parcelas que elas mesmas destinaram para pagamento de seu pessoal. A Fras-le foi a empresa que destinou a maior parcela ao governo entre as empresas em estudo, a qual foi de 33,68% sobre o total do valor adicionado distribuído, em seguida, com uma parcela similar, veio a Lupatech, representada por um percentual de 33,48% sobre o total. A Randon e a Marcopolo, destinaram parcelas bem menores para pagamento de impostos, taxas e contribuições, as quais representaram 15,43% e 12,41%, respectivamente, do total do valor adicionado distribuído. Embora a pesquisa não tenha levantado quais seriam as causas dessa grande diferença (esse levantamento não faz parte do objetivo da pesquisa, bem como os relatórios pesquisados não tinham informações que pudessem permitir identificar as causas), acredita-se que seja devido ao fato dos produtos fabricados pela Marcopolo e pela Randon possuírem uma carga tributária inferior aos produzidos pela Fras-le e pela Lupatech.

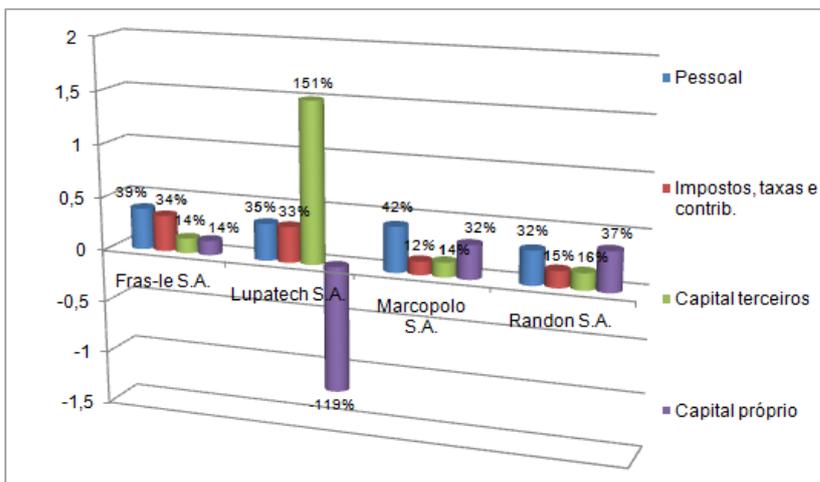
Na remuneração do capital de terceiros, a empresa que remunerou esse agente econômico com uma parcela muito superior às das demais empresas, foi a Lupatech, que destinou um valor que representou 150,53% do total do valor

adicionado gerado. As demais empresas destinaram uma parcela, em relação ao total de seus valores adicionados, bem parecidas. A parcela da Randon representou 15,63%, a da Fras-le 13,86% e a da Marcopolo 13,61% sobre o total dos seus respectivos valores adicionados distribuídos.

A Randon foi a empresa que destinou maior parcela para a remuneração do capital próprio entre todas as empresas em estudo, parcela que representou 37,25% do total do seu valor adicionado, seguida pela Marcopolo com uma parcela de 31,53%. A Fras-le destinou 13,62% do total de seu valor adicionado distribuído para a remuneração do capital próprio, enquanto que a parcela da Lupatech foi negativa em (118,57%), devido ao prejuízo que teve no exercício.

O gráfico 1 apresenta de forma ilustrativa, a variação das parcelas destinadas a cada agente econômico entre as empresas objeto de estudo. Demonstra o quanto cada empresa destinou do total do valor adicionado a distribuir para a remuneração de pessoal, para pagamento de impostos, para a remuneração do capital de terceiros e para a remuneração do capital próprio.

Gráfico 1: Comparação das parcelas distribuídas aos agente econômico



Fonte: Produção da autora

Através dos dados analisados, é possível evidenciar que as empresas relacionadas apresentam grandes variações em algumas contas quando comparadas entre si. O valor destinado para pagamento de impostos da Marcopolo S.A., representa uma pequena parcela de aproximadamente 12% do total de seu valor adicionado a distribuir, comparada com a empresa que mais contribuiu para o governo, que foi a Fras-le S.A., com aproximadamente 34%, nota-se uma grande diferença de 22% entre as duas.

A companhia Lupatech S.A remunerou o capital de terceiros com uma parcela muito superior às das demais empresas, significando aproximadamente 151% do valor adicionado a distribuir, enquanto a Fras-le S.A. e a Marcopolo S.A. destinaram aproximadamente 14%, e a Randon S.A. 16%.

A remuneração do capital próprio foi outra parcela que apresentou variações bem significativas entre as companhias estudadas. Sendo que, as empresas que apresentaram maiores variações entre si, foram as companhias Lupatech S.A e a Randon S.A.. A referida parcela foi negativa em aproximadamente (119%) na empresa Lupatech, isso quer dizer que não houve remuneração do capital próprio, pois a empresa teve prejuízo no exercício, enquanto a parcela da Randon destinada para remunerar o capital de terceiros foi de aproximadamente 37%. A Fras-le S.A. remunerou o capital próprio com uma parcela aproximada a 14%, também com uma variação significativa entre as parcelas das empresas já apresentadas. A Marcopolo S.A. ficou mais próxima da Randon, destinando 32% para remuneração do capital próprio.

A demonstração do valor adicionado tem sua importância no momento em que permite aos agentes econômicos, fazer uma análise ou estimativa dos valores que foram ou que serão destinados a eles pelas empresas. Aos colaboradores das organizações a DVA permite evidenciar o quanto a empresa está destinando para pagamento de pessoal, incluindo os benefícios. O governo, com base na DVA poderá fazer uma estimativa de quanto irá receber de impostos, taxas e contribuições. Para os financiadores, permite visualizar o quanto a empresa destina de seu valor adicionado para a remuneração de capital de terceiros. É possível fazer uma breve análise de quanto a empresa está utilizando de capital de terceiros e de capital próprio, se comparar as parcelas destinadas para cada um desses agentes econômicos. Com a parcela destinada para a remuneração do capital próprio, possibilita aos investidores avaliarem a viabilidade de investir na companhia.

5 CONCLUSÃO

A demonstração do valor adicionado faz parte do conjunto de demonstrações elaboradas pela contabilidade. É uma demonstração que evidencia a riqueza gerada pelas empresas, e como ela está sendo distribuída, tanto no sentido econômico como sob o ponto de vista social. É uma demonstração que veio para suprir uma lacuna entre as demonstrações contábeis já existentes. Os dados para elaboração são retirados da demonstração do resultado do exercício, porém, não tem o objetivo de substituir a DRE, está voltada para os sócios, enquanto a DVA demonstra o quanto a empresa contribuiu para desenvolvimento social e econômico da sociedade. É uma demonstração que se tornou obrigatória, a partir de 2008, para as companhias de capital aberto.

As empresas em estudo, por serem companhias de capital aberto, estão obrigadas a elaborar e publicarem a DVA. Sendo assim, foi possível coletar essas demonstrações dessas empresas no site da BM&FBOVESPA. Com base nas informações obtidas, foi elaborada uma tabela para cada empresa com as rubricas que compuseram o valor adicionado a distribuir, e com a distribuição para cada agente econômico.

Constatou-se que as empresas objeto de estudo desta pesquisa possuem variações em algumas contas que compõe o total do valor adicionado a distribuir, bem como na distribuição aos agentes econômicos.

A companhia Fras-le S.A. teve 81,41% do total do valor adicionado a distribuir, produzido pela atividade de produção. Com exceção da Lupatech S.A., que teve a maior participação na formação do valor adicionado oriunda das receitas financeiras, a qual foi de 62,86%, as demais empresas também tiveram a atividade principal da empresa como maior contribuinte na geração do valor adicionado, sendo que, a participação da Marcopolo S.A. foi de 68,88% e da Randon S.A. de 62,54%.

Com relação às parcelas destinadas a cada agente econômico, também identificou-se variações significativas em algumas contas quando comparadas entre as empresas pesquisadas. As contas que apresentaram as maiores variações foram: impostos, taxas e contribuições, remuneração do capital de terceiros e a remuneração do capital próprio. A remuneração de pessoal foi a única conta que não teve diferença muito significativa entre as parcelas de cada empresa. A empresa que destinou maior parcela aos seus colaboradores foi a Marcopolo com 42,45% do

total do valor adicionado, a Randon foi a que menos contribuiu para a remuneração de seu pessoal com 31,69%. Entre as duas houve uma variação de 10,76%.

A variação da parcela destinada ao governo chama atenção pela diferença de percentuais sobre o total do valor adicionado distribuído, entre as destinações de cada empresa. A Marcopolo foi a companhia que menos destinou recursos para o pagamento de impostos, taxas e contribuições, o que representou 12,41% do total distribuído. A Randon destinou um valor aproximado de 15,43%. Já a Fras-le e a Lupatech destinaram valores bem superiores, sendo 33,68% e 33,48%, respectivamente.

A Lupatech se destacou em relação à destinação de recursos para a remuneração do capital de terceiros e do capital próprio, pois apresentou uma grande variação nessas duas contas. Remunerou o capital de terceiros com 150,53% do total distribuído e o capital próprio teve remuneração negativa de (118,57%), porque teve prejuízo no exercício. A empresa que menos remunerou o capital de terceiros foi a Marcopolo com 13,61%, o que representa uma diferença de 136,92% entre a empresa que mais remunerou que foi a Lupatech. A empresa que mais remunerou o capital próprio foi a Randon, o que representou 37,25% do total distribuído.

O estudo realizado nos possibilitou evidenciar algumas informações no que se refere à formação do valor adicionado e a sua distribuição. Foi possível perceber que apesar das empresas estudadas fazerem parte de um mesmo segmento, elas não se comportam da mesma forma, nem na formação do valor agregado e nem na sua distribuição.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/intros/intro-sobre-a-bolsa.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 09 de junho de 2012.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis:** estrutura, análise e interpretação. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária.** São Paulo: Atlas, 2008.

CARDOSO, Ricardo Lopes. **Regulação da contabilidade:** teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. RAP – Rio de Janeiro, 43(4):773-99, jul./ago. 2009

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados:** comparação entre empresas estatais e privadas. RAC, v. 11, n.4, out/dez.2007.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=67&codConteudo=2774>>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

COSENZA, José Paulo. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado.** Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, edição comemorativa, p. 7-29, out/2003.

CUNHA, Jaqueline V. Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.** Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan/abr. 2005.

Demonstrações contábeis: aspectos práticos – elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS. Conselho Federal de Contabilidade - PR. Disponível em: http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2011_demonstrações_Contabeis.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

FAGUNDES, Jair Antonio. **A demonstração do valor adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais:** um estudo em uma cooperativa de crédito. ABCustos Associação Brasileira de Custos, v. III, n. 1:87-101, jan/abr. 2008.

FRAS-LE. Disponível em: <http://www.fras-le.com.br/institucional/>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

FRASLE. Disponível em: <http://www.fras-le.com.br/institutional/market/>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

FRAS-LE. Disponível em: <http://www.fras-le.com.br/institutional/timeline/>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5^o ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEAL, Maria Luisa Campos Machado. **A Indústria de Private Equity e Venture Capital – 2^o Censo Brasileiro.** Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. 1 ed. Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: http://www.abdi.com.br/Estudo/Private_Equity_e_Venture_Censo.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2012.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

LUPATECH. Disponível em: <http://www.lupatech.com.br/lupatech/apresentacao/>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

LUPATECH. Disponível em: <http://www.lupatech.com.br/lupatech/estrutura/>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

LUPATECH. Disponível em: <http://www.lupatech.com.br/lupatech/institucional/contato>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

MACHADO, Esmael Almeida. **Destinação de riqueza aos empregados no Brasil:** comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p.110-122, mai/ago.2009.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo/pt/a_marcopolo/atuacao. Acesso em: 17 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo_sa/pt. Acesso em: 17 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo_sa/pt/contato/contato. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo_sa/pt/marcopolo/empresas. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo/pt/unidades_fabris/brasil. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo/pt/unidades_fabris/externior. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo/pt/unidades_fabris/brasil#content. Acesso em: 27 de novembro de 2012

MARCOPOLO. Disponível em: http://www.marcopolo.com.br/website/2011/marcopolo/pt/unidades_fabris/externior#content. Acesso em: 27 de novembro de 2012

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios**. 7.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa; PORTO, Joyce Alves; LEMOS, Simone Winckler. **Análise financeira das empresas de telefonia fixa por meio da aplicação de índices de liquidez nas demonstrações dos fluxos de caixa**. Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC, Florianópolis, ano 05, v.1, nº 10, p. 91-110, jul./dez.,2008.

RANDON. Disponível em: <http://www.randon.com.br/a/companies/empresas-randon/castertech>. Acesso em: 17 de outubro de 2012.

RANDON. Disponível em: <http://www.randon.com.br/pt/companies/empresas-randon/randon-implementos>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

RANDON. Disponível em: <http://www.randonimplementos.com.br/PT/enterprise>. Acesso em 15 de outubro de 2012.

RANDON. Disponível em: <http://www.randonimplementos.com.br/pt/enterprise/v/historico/empresa>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

RANDON. Disponível em: <http://www.randonimplementos.com.br/pt/products>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

RANDON. Disponível em: <http://www.randonimplementos.com.br/pt/products/v/vagoes-ferroviarios/vagoes-ferroviarios>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

RECEBIMENTO AUTOMATIZADO DE DOCUMENTOS – CVM. Disponível em: <http://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?Numero>

SequencialDocumento=14566&CodigoTipoInstituicao=2. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

RECEBIMENTO AUTOMATIZADO DE DOCUMENTOS – CVM. Disponível em: <http://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=14567&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

RECEBIMENTO AUTOMATIZADO DE DOCUMENTOS – CVM. Disponível em: <http://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=14583&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

RECEBIMENTO AUTOMATIZADO DE DOCUMENTOS – CVM. Disponível em: <http://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=15916&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil.** 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária.** 2.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. **Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas.** RAE - eletrônica - FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=5589&Secao=ARTIGOS&Volume=9&Numero=1&Ano=2010>>. Acesso em: 16 de setembro de 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.